

Presidente do CFM destaca importância do ENCM para reflexão sobre temas da saúde



Rafael Nogueira, Edson Andrade e Ivan Moura Fé

Conselhos Regionais de Medicina de todo o país reuniram-se, de 10 a 13 de março, no Hotel Ponta Mar, em Fortaleza (CE), para o I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do ano de 2009 (I ENCM 2009).

A abertura, no dia 10, contou com a participação do presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Edson de Oliveira Andrade; do presidente do Conselho Regional de Medicina do estado do Ceará (Cremec), Ivan de Araújo Moura Fé; e do conselheiro federal representante do estado do Ceará, Rafael Dias Marques Nogueira.

Com participação de pelo menos 400 conselheiros e convidados de todo o país, incluindo representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação, Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (Fenam), as entidades médicas debateram temas como modificação do Código de Processo Ético-profissional, processo eleitoral do CFM, remuneração médica no Sistema Único de Saúde (SUS) e escolas médicas.

De acordo com o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, o Encontro é

um dos momentos mais importantes entre as atividades dos Conselhos, constituindo uma oportunidade de reflexão sobre atividades, sobre questões administrativas e de avaliação da condução política, contribuindo para consolidar avanços e apontar novos rumos da política médica brasileira.

Na abertura do I ENCM 2009, Andrade destacou que o Encontro significou “uma oportunidade de reflexão sobre as atividades conselhais e de reflexão sobre grandes temas relacionados à saúde do país”.

Veja a seguir os principais assuntos tratados no I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do ano de 2009:

Revisão do Código de Processo Ético-Profissional

Uma reunião prévia ao evento, entre os corregedores dos Conselhos Regionais de Medicina de todo o país, realizada no dia 9 de março, no hotel Ponta Mar, em Fortaleza (CE), consolidou as principais propostas de alteração no Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM nº 1.617/2001).

A proposta foi apresentada e aprovada na terça-feira (10), no início das atividades do (I ENCM 2009). De acordo com o coordenador das atividades e conselheiro federal representante de Mato Grosso, José Maia Vinagre, o objetivo dessas mudanças é unificar os procedimentos judiciais dos Conselhos de todo o país. “Percebemos que havia situações com dupla interpretação e a intenção foi corrigi-las. As mudanças foram pontuais em artigos nos quais havia essa divergência”, explica.

Arte falando de saúde física e social

Uma obra cinematográfica possibilitou discussões sobre fome, miséria e exclusão social no I ENCM 2009. “Pela vida... Pelo tempo”, filme do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe), em parceria com o CFM, Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe) e Fenam, conta as dificuldades, aflições e degradações que acompanham a jovem Severina em sua jornada pelo Sertão, Agreste e Zona da Mata, até chegar à cidade.

O presidente do Conselho de Medicina (CFM), Edson de Oliveira Andrade; a atriz Fernanda Soveral; e o argumentista do filme, Ricardo Paiva; debateram o trabalho com os participantes do evento.

De acordo com o Ricardo Paiva, por mais que o Brasil esteja melhorando, ainda falta a presença do Estado em muitas cidades, fazendo do com que o atendimento à cidadania seja prejudicado. Nesse sentido, o filme será exibido em escolas e comunidades para promover o debate e encorajar a participação popular na construção da cidadania. “A construção de uma sociedade justa e democrática passa necessariamente pela mobilização popular. Através do filme, conclamamos

as pessoas a não dependerem exclusivamente do governo”, disse Paiva.

A atriz Fernanda Soveral destacou a discussão sobre a situação da mulher e sobre a saúde pública promovida pelo filme. “Quero parabenizar os Conselhos por se preocuparem não só com a saúde física, mas com a saúde social das pessoas”, disse.

O filme é um dos resultados da Caravana do Cremepe, que também divulgou um relatório e o livro “Severina, que vida é essa?” (ambos podem ser encontrados no *site* da entidade: www.cremepe.org.br). Durante quatro anos, a Caravana do Cremepe percorreu todos os municípios do estado de Pernambuco, buscando aproximar-se e conhecer a realidade do povo pernambucano.

Baseada nas experiências e constatações feitas, as entidades médicas – Cremepe, Simepe, Fenam e CFM – decidiram elaborar um filme, que é um misto de ficção e documentário. “A idéia inicial era fiscalizar os hospitais e panfletar os direitos dos usuários do SUS, mas travando contato com a realidade – o abuso sexual da criança e do adolescente, a violência contra a mulher, o trabalho escravo na Zona da Mata, a migração e o desemprego – o trabalho foi virando um grande projeto social”, explica o argumentista Ricardo Paiva.

Em entrevista ao jornal *MEDICINA*, Paiva conta que, quando a Caravana do Cremepe teve início, a questão do abuso sexual ficou evidente e a equipe decidiu se mobilizar e montar uma peça de rua para divulgar o disque-denúncia. “Achamos que não tínhamos o direito de não levar ao povo os resultados. Em seguida, surgiu a ideia de fazer um filme para aglutinar pessoas, sensibilizar para os problemas encontrados e promover o debate”, ponderou.

As exhibições do filme em comunidades pernambucanas teve início logo após



Conselheiros Federais, Clóvis Constantino, Antônio Pinheiro e Luiz Nódj

a divulgação no I ENCM 2009. O filme exibido no Encontro é uma ficção de uma hora e vinte minutos. O exibido na Caravana tem 40 minutos e é metade ficção e metade documental, intercalando a história de Severina com depoimentos reais. Os resultados começaram a aparecer imediatamente. “As pessoas sensibilizam-se com a história e decidem denunciar. Acabamos de fechar um acordo com delegacia da mulher e da criança para agilizar condutas”, conta Paiva.

Agenda Parlamentar da Saúde na internet

A Comissão de Assuntos Políticos (CAP CFM/AMB), anunciou, durante a apresentação de seu relatório, dia 11, que vai lançar um *site* para divulgar seus trabalhos.

Os conselheiros federais Wirlande Santos da Luz (RR) e Alceu José Peixoto Pimentel (AL) explicaram que “através do *site*, médicos, representantes de entidades e da sociedade civil organizada podem participar das discussões em torno de projetos da área da saúde de interesse dos médicos e da sociedade”. O *link* “Agenda Parlamentar” estará disponível na página das três entidades médicas, disponibilizando, além dos trabalhos da CAP, análises dos projetos, bem como respectivos resumos e situação de tramitação.

Wirlande explicou que a CAP faz avaliação de todos os projetos da área da saúde prioritários para o médico e a sociedade. No ano de 2008, a Comissão analisou mais de 150 projetos apresentados no Congresso Nacional e classificou 94 como relevantes para integrar a agenda de 2009.

Revisão da resolução para o processo eleitoral

Membros da Comissão para Revisão das Resoluções que disciplinam as eleições nos Conselhos de Medicina, em trabalho conjunto com a assessoria jurídica do Conselho Federal de Medicina, apresentaram, dia 12 de março, a proposta de alteração da Resolução CFM 1721/04. O novo texto irá reger os procedimentos das eleições para conselheiros federais, efetivos e suplentes, em 2009.

O objetivo é promover a adequação e atualização da norma. O coordenador da Comissão e 2º secretário do CFM, Clóvis Francisco Constantino, destacou a responsabilidade ética dessas eleições, bem como a necessidade de isenção e transparência envolvidos na execução deste trabalho. “Todo o objetivo da Comissão foi trazer a maior transparência, a maior franqueza e empenho para a eleição transcorrer de forma absolutamente isenta”.



Deputado Raimundo de Matos, Aldemir Humberto Soares, Geraldo Guedes, Eduardo Santana, Helvécio Magalhães Júnior e Maria Helena Machado

A proposta, aprovada durante o I ENCM 2009, traz mudanças consideradas bem-vindas e adequadas ao momento atual. Constantino enumera as principais novidades que a resolução estabelece, entre elas a criação da Comissão Eleitoral Nacional. “Até o momento, as comissões existiam nos Estados e agora todo esse trabalho vai ser coordenado, fiscalizado e gerido pela Comissão Nacional, escolhida pelo Pleno do CFM”, explica. À Comissão Eleitoral Nacional será atribuída a característica de grau recursal em primeira instância ou segunda instância durante todo o processo eleitoral, até a apuração dos votos.

Outra questão importante é o maior poder de polícia dado às comissões eleitorais estaduais, de fiscalização das eleições em termos de propaganda eleitoral ou abuso de poder econômico, por exemplo, medida que deve coibir transgressões.

De acordo com Constantino, a nova resolução oferece, ainda, possibilidade mais concreta de impugnação de candidaturas, além da possibilidade de cassação do registro de uma candidatura se foram constatados vícios insanáveis, previstos na resolução.

A nova resolução foi homologada no dia 26 de março pelo Pleno do Conselho Federal de Medicina. Em seguida, será publicada no Diário Oficial da União.

Remuneração médica no SUS

Remuneração médica no Sistema Único de Saúde foi o tema discutido na manhã do dia 13 de maio, em pauta conjunta das entidades médicas nacionais. Foram destacados problemas como gestão, qualificação profissional, sub-financiamento e recursos humanos.

Falando sobre os diversos aspectos que fazem parte da questão, a diretora do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, Maria Helena Machado, destacou os problemas que os médicos enfrentam na realização de seu trabalho, defendendo uma discussão conjunta desta condição com as demais áreas da saúde, respeitadas as especificidades dos médicos. “Para sair nessa situação, não há como se discutir isoladamente, mas deve-se respeitar as especificidades da Medicina”, salientou.

Para Geraldo Guedes, coordenador da Pró-SUS apesar da importância da discussão conjunta com as demais profissões da área da saúde, “é necessário abrir um espaço de negociação permanente e específico para a categoria médica, canal que ainda não existe”.

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), membro do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar da Saúde, comentou a oferta de empregos públicos na saúde, apontando uma sobrecarga de 68,8% desta

oferta no âmbito municipal. Daí a iniciativa da Frente de regionalizar os seus trabalhos: “A posição é de regionalizar as ações da Frente. Via Assembleias Legislativas, podemos ter uma ação mais efetiva, apresentar propostas e criar mobilizações”, disse.

O ex-presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Helvécio Miranda Magalhães Júnior, lembrou que o processo de municipalização foi importante para o SUS. “O problema da descentralização resolve-se com um passo adicional, com as regiões de saúde, estabelecendo o papel do Estado e do Ministério nessas regiões”, opinou.

A Procuradora Regional do Trabalho do estado do Ceará, Hilda Leopoldina Pinheiro Barreto, comentou o papel dos municípios para o Sistema Único de Saúde: “o maior problema que nós temos e a única e maior solução é a capacitação nos municípios”, sintetizou.

Para Geraldo Guedes, a municipalização só poderá ser bem-sucedida se a União, Estados e municípios participarem com suporte de gestão e de recursos humanos, e responsabilizarem-se pelo financiamento. Caso contrário, os municípios continuarão sobrecarregados. “Nos mais de 1.330 municípios brasileiros com até cinco mil habitantes, não é possível colocar médicos sem o apoio da União”, explica.

Além de Geraldo Luiz Guedes (CFM), coordenaram a mesa Aldemir Humberto Soares (AMB) e Eduardo Santana (Fenam).

Para reforçar o movimento médico, Eduardo Santana (Fenam), declarou que foi criada uma proposta de PCCS: “hoje eu digo que depois de um longo trabalho coordenado pela Fenam, com participação contundente do CFM e da AMB, numa parceria com FGV (Fundação Getúlio Vargas), concluímos uma proposta de PCCS. Hoje trago o texto final para o CFM e AMB, e esse passa a ser o nosso instrumento concreto de luta”.

Em entrevista ao jornal MEDICINA, o coordenador da elaboração do PCCS, Waldir Cardoso, deu detalhes da proposta:

Jornal MEDICINA: O que significa, para o movimento médico, a apresentação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)?

Waldir Cardoso: O momento é auspicioso porque os médicos e entidades passam a ter um importante instrumento de luta. Para o setor público, o objetivo estratégico dos médicos é conseguir uma carreira. O Plano traz perspectiva de qualificação e melhor remuneração.

Jornal MEDICINA: Qual o principal desafio na elaboração do Plano?

Waldir Cardoso: Tínhamos a dificuldade de verbalizar a questão nas mesas de negociação onde se discutia o PCCS. Era uma aspiração antiga das entidades ter um plano-modelo, tanto para o setor público como para o setor privado. Após dois anos de trabalho, com assessoria da FGV, nós apresentamos um plano feito pelos médicos e para os médicos. É uma grande vitória e um marco na luta dos médicos.

Jornal MEDICINA: Quais as principais características do Plano?

Waldir Cardoso: O plano tem algumas características que eu gostaria de destacar. Ele está de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde. Para o setor público, tem perfeita compatibilidade com objetivos do SUS. Ele é flexível na aplicação, podendo ser adotado no setor privado e no setor público. Tem ênfase na educação continuada, algo importantíssimo para os médicos. Além disso, permite a avaliação sistemática e permanente da carreira e permite gestão compartilhada da carreira. Prevemos a implantação de comitês locais de gestão, dando mais condições para o gestor usar o plano como instrumento de gerência. O Plano permite ainda a mobilidade para resolver problema de falta de médicos em municípios brasileiros.

Qualidade das escolas médicas e revalidação justa

Na abertura das discussões sobre escolas médicas, na tarde do dia 13 de março, como atividade que encerrou o I ENCM 2009, o presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, disse que os estudantes estão sendo enganados nos seus sonhos ao ingressarem em cursos de Medicina que não atendem a critérios de qualidade. “Como consequência final, temos um profissional mal formado e um paciente mal atendido. Prejudica-se a juventude que quer construir e prejudica-se quem está desamparado acometido pela doença”, disse Andrade.

O debate contou ainda com representantes da Frente Parlamentar da Saúde/Câmara dos Deputados (deputado Raimundo Gomes de Matos), do Ministério da Educação (Frederico de Almeida, da Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior do MEC), e da AMB (José Luiz Gomes do Amaral).

O representante do MEC, Frederico Normanha, relatou que, com o objetivo de garantir a qualidade dos cursos de graduação no país e reverter esse quadro, o Ministério da Educação está buscando o equilíbrio entre três dimensões: regulação, supervisão e avaliação. “Queremos consolidar uma nova visão da política de educação superior”, disse.

Frederico de Almeida, Edson de Oliveira Andrade e José Luiz Gomes do Amaral



Outro aspecto importante que precisa ser levado em conta é uma nova concepção de processos de avaliação como instrumentos de proteção, e não de punição. É a opinião do presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral: “quando se encerra um curso de medicina ou se bloqueia o vestibular não estamos punindo ninguém, estamos preservando a segurança do cidadão brasileiro e a nossa profissão”, salientou.

O deputado Raimundo Gomes de Matos lembrou que o Brasil está entre os países do mundo com maior número de escolas médicas – 176 escolas, superado apenas pela Índia, com 272. Matos lembrou ainda a intenção do governo brasileiro de favorecer a revalidação de diplomas de estudantes formados em Cuba.

A proposta, na forma do Decreto Legislativo 346/07, já foi rejeitada duplamente na Câmara (na Comissão de Educação e Cultura, e na Comissão de Seguridade Social e Família) e não é aceita também pelas entidades médicas. O governo, no entanto, editou uma Portaria Interministerial (nº 383, de 19 de fevereiro de 2009, dos Ministérios da Educação e da Saúde), retomando o tema e com intenção desenvolver um projeto piloto, tendo como público-alvo inicial os alunos brasileiros formados em medicina na Escola Latino-Americana de Medicina – ELAM de Cuba. Entidades médicas e a Frente Parlamentar da Saúde estão se mobilizando contra a portaria.